

O CONCEITO DE INSERÇÃO CRÍTICA DE PAULO FREIRE E A UNIVERSIDADE SERTANEJA DO CARIRI

ALEXANDRE REINALDO PROTÁSIO

Universidade Federal do de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

WAGNER PIRES DA SILVA

Universidade Federal do de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

ERLENE PEREIRA BARBOSA

Universidade Federal do de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO: O artigo busca explorar as contribuições teóricas de Paulo Freire para a gênese de uma instituição que reflita a cultura e a história sertaneja do povo caririense, uma universidade sertaneja. O artigo defende que uma universidade sertaneja pode se opor ativamente ao modelo de educação centrado no projeto de (re) produção do capital, que ignora as características históricas e culturais do semiárido, formando mão-de-obra para atender às demandas do mercado. Ao combater a lógica da padronização e da mercantilização, a universidade pode tornar-se um espaço que promova a cultura nordestina como um modo de vida válido. Nesse sentido, Paulo Freire é destacado como referência teórica fundamental para a compreensão do papel dos(as) oprimidos(as) no processo de ocupação e apropriação da UFCA.

PALAVRAS-CHAVE: Cariri; Sertão; Paulo Freire; Inserção; Universidade.

INTRODUÇÃO

A presente colaboração objetiva contribuir, por meio de estudo exploratório, para a discussão sobre o papel das universidades públicas nos processos de desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades onde estão localizadas, em especial o caso da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Para desenvolver essa reflexão utilizaremos o conceito de inserção crítica de Paulo Freire para estabelecer as diferenças entre o que estamos chamando de Universidade no Cariri, para o Cariri e do Cariri. O que, em nossa compreensão teórico-prática, não se trata de mera distinção semântica, mas guarda profundo significado político-social, em especial para regiões onde o desenvolvimento socioeconômico exige maior empenho e investimentos dos órgãos públicos.

Mas o que viria a ser o Cariri? Região localizada no Sul do Estado do Ceará, o Cariri fica geograficamente no centro da região semiárida nordestina. O território, que possui vinte e nove (29) municípios, tem uma das maiores populações do interior do Nordeste, com 1.044.831 habitantes. Além de importante centro comercial do interior cearense, o Cariri possui instalações industriais e empreendimentos agrícolas que direcionam para a região um considerável êxodo populacional de homens e mulheres de outras regiões do Ceará, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Ainda se faz necessário mencionar que a região tem sido, desde o fim do século XIX,

importante centro da religiosidade popular, com romarias que atraem sertanejos de todas as partes do Nordeste.

Cabe uma breve introdução sobre a presença da universidade pública no Cariri cearense. A ideia recorrente na região era que a Educação Superior era necessária ao Cariri, mesmo que uma simples transladação para a região da oferta de graduação. Bastaria que o modelo existente nas capitais nordestinas ou nas grandes cidades do Centro-Sul do país fosse implementado no território. Não havia, do ponto de vista das elites, um projeto de universidade voltado para a realidade do Cariri cearense. Dessa forma, estamos descrevendo o primeiro conceito de universidade, ou seja, a universidade no Cariri. Em outros termos, uma instituição arbitrariamente implantada no território, a partir de demandas geradas pela elite local e, que via de regra, não dialoga com a realidade socioeconômica, ambiental e cultural das comunidades.

A educação superior pública foi implementada no Cariri pelo governo do Estado do Ceará em meados da década de 1980, com a criação da Universidade Regional do Cariri (URCA), atrelada a um projeto de modernização da economia cearense, onde a universidade seria parte da estratégia institucional de desenvolvimento da região (QUEIROZ, 2008). Dessa forma, a universidade implantada buscaria atuar essencialmente sobre os desafios do desenvolvimento econômico do território, mapeando as potencialidades para ampliar os ganhos do capital. Nesse sentido, trata-se da universidade no e para o Cariri, atrelada aos interesses políticos, econômicos e culturais das elites locais.

Na primeira década do século XXI, quando uma nova expansão da Educação Superior foi formulada pelo governo federal, o Cariri cearense recebeu novas instituições de educação superior, ainda operando segundo o paradigma da universidade no e para o Cariri. No entanto, ainda há espaço para fazer da Universidade no e para o Cariri uma Universidade do Cariri, um paradigma de inserção no território que consideramos necessário para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental integral da região, uma instituição inserida na situação do território, isto é, que se reconhece e é reconhecida pelas comunidades como sendo do Cariri, uma universidade pública, de qualidade, popular e, sobretudo, sertaneja.

Para aprofundar o debate sobre a Universidade do Cariri, feita por sertanejos (as) para os sertanejos(as), desenvolveremos: a) uma breve reflexão sobre o conceito de consciência inserida em Paulo Freire, enquanto contribuição do pensador nordestino para o presente debate; e b) uma reflexão sobre o conceito de universidade inserida ou do Cariri; Temos como hipótese central que as elaborações de Paulo Freire sobre a consciência crítica inserida nos auxiliam nas reflexões sobre a universidade pública que queremos e precisamos para o desenvolvimento das potencialidades sociais, econômicas, culturais e ambientais das regiões, não somente no sertão nordestino, mas em todas as regiões brasileiras que contam com instituições públicas de ensino superior e técnico.

OS PRESSUPOSTOS DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA INSERTADA

Na presente discussão sobre a Universidade do Cariri utilizaremos o conceito de inserção crítica, que oferece uma importante chave de leitura para compreendermos e desenvolvermos o papel (a ser) desempenhado por uma universidade sertaneja.

Segundo Paulo Freire (2021a), as subjetividades intransitivadas, imersas nos limites da sobrevivência básica, características das sociedades fechadas (rurais), emergiram, ainda que “ingênuas”, na medida em que os temas sociais, econômicos, políticos e culturais se tornaram também mais complexos. Em outras palavras, a urbanização e a industrialização, mesmo que incipientes, teriam produzido “rachaduras” no ambiente fechado rural, produzindo novas dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Ainda que os processos de industrialização e urbanização tenham ocorrido em regiões determinadas, as sociedades rurais foram gradativa ou abruptamente submetidas a sua lógica massificadora. Surgem nos espaços urbanos, cada vez mais importantes e dominantes, novos valores sociais e culturais e em confronto com os velhos preceitos e prescrições das sociedades fechadas e intransitivadas (Freire, 2021b). Nesse sentido, a abertura subjetiva do sujeito rural ao novo mundo em formação, resultante da “rachadura” objetiva da velha sociedade fechada, da qual era constituinte-constituído, demonstra a existência de uma ontologia freiriana, no caminho do reconhecimento da relação dialética entre objetividade e subjetividade, ou seja, a abertura da consciência para e com o mundo em relação de contradição com as mudanças objetivas (Freire, 2020a).

Contudo, a emergência de uma nova consciência, em transitivação, não seria suficiente para que as massas populares se livrassem dos limites que as mantinham presas ao testemunho de humanidade do opressor (Freire, 2021c). Por isso, Paulo Freire (2021a; 2021b) denominou “ingênuo” o novo estado subjetivo das classes emergentes das décadas de 1940, 1950 e 1960, ou seja, uma consciência ainda influenciada pela(o) massificação, gregarismo, simplismo, polemismo, passadismo, mistificação, passionalidade e pela compreensão da realidade como estática e imutável. Em síntese, a nova consciência transitivada “ingênuo”, nascida das rachaduras da sociedade fechada, seria o próprio senso comum ou “o saber de pura experiência feito”(Freire, 2021d, p. 122). Assim, segundo Paulo Freire (2021a), a transitividade “ingênuo” da consciência das massas emergentes a colocaram em uma nova encruzilhada histórica: de um lado, o risco da fanatização e da sectarização, a deturpação da emergência; do outro, a possibilidade ontológica e histórica da evolução da “ingenuidade” para posições insertadas e críticas.

As massas populares foram constituintes-constituídas de novas posições políticas e ideológicas emergentes, condicionadas pelas também novas configurações políticas e econômicas, como já observamos (Freire, 2021a). Lembrando que a etapa emergente da subjetividade popular conservou, dialeticamente, aspectos do estado anterior, da intransitividade imersiva, e, por isso, Paulo Freire (2021a; 2021b) a tratou como “ingênuo”. Em outros termos, ainda que as mudanças na consciência tenham tido um importante papel no processo de emergência das classes populares, Paulo Freire considera inegável a força condicionadora das estruturas sociais, econômicas e ideológicas. Por outro lado, o próximo nível de transformação da subjetividade popular, a consciência transitiva crítica insertada, não contaria com o mesmo impulso material, promovido pelo movimento das estruturas, enquanto fator decisivo, considerando o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, a próxima mudança

subjetiva, na direção da inserção crítica dos sujeitos, seria resultado de um profundo “trabalho educativo crítico” (Freire, 2021a, p. 85), na contramão da massificação promovida pelas etapas da industrialização e urbanização. Um trabalho educativo para o desenvolvimento da inserção do sujeito na sua situação social, econômica e cultural, ou seja, a educação considerada em amplo sentido, como práxis transformadora, que envolve teoria e ação social.

Assim, cabe destacar que o Paulo Freire aqui apresentado é o da profunda crítica às concepções salvacionistas de escola/universidade e que compreendeu que a mudança social, objetivo do sujeito inserido, “exige mobilização, organização do povo, programas, essas coisas todas que não estão organizadas só dentro das escolas” (Freire, 2021c, p. 227).

Para Paulo Freire (2021f), a conquista de uma consciência crítica seria, portanto, práxis sociais (ação e reflexão na/da concretude). Tratar-se-ia da conjugação entre consciência crítica e inserção crítica, onde os (as) oprimidos (as) objetivariam a realidade opressora e “simultaneamente” agiriam “sobre ela” – ou seja, “inserção crítica e ação já são a mesma coisa” (Freire, 2021c, p. 53). Na perspectiva freiriana, portanto, desvelar e objetivar as razões de ser das opressões requer, em concomitância, a ação sobre a mesma realidade. Em outras palavras, a consciência-inserção crítica (ou consciência crítica inserida) exigiria a mobilização de uma práxis transformadora em uma situacionalidade concreta.

O complexo do real seria o ponto de partida do processo objetivador e subjetivador dos sujeitos da práxis. Um “real” que não poderia ser “mero pensado”, uma “falsa realidade”, como afirmou Paulo Freire (2021c), ao modo dos subjetivismos e objetivismos. Em outros termos, não seria produto nem do objetivismo e nem do subjetivismo, “mas objetividade e subjetividade em permanente dialeticidade” (Freire, 2021c, p. 51). A permanente dialeticidade subjetividade-objetividade seria o pressuposto ontológico fundamental dos processos de construção da criticidade das consciências e de inserção crítica dos sujeitos da práxis na realidade contraditória.

Conforme Paulo Freire (2021e), a transformação social se apresenta ao sujeito da práxis como uma possibilidade justamente pela natureza dialética da relação entre objetividade e subjetividade, principalmente porque a consciência “não é um espelho da realidade, simples reflexo, mas é reflexiva e refletora da realidade” (p. 33). Refletora porque tem o complexo do real como o seu referido e reflexiva porque não se limita a reproduzi-lo sem as mediações da experiência, do conhecimento, da cultura, das ideologias, entre outras mediações subjetivas. Uma consciência refletora porque “entramos” em uma realidade “independentemente de nossa consciência”, isto é, somos lançados na “condição concreta que nos desafia” (Freire, 2021f, p. 221), que herdamos das gerações anteriores (Freire, 2020b). No sentido de que, “em História se faz o que se pode e não o que se gostaria de fazer” (Freire, 2020b, p. 126), ainda que homens e mulheres criem a História (Freire, 2021c). Nesse ponto, inclusive, temos a principal contradição dialética: homens/mulheres fazem a História, mas não como querem, dado que também são feitos por ela. Em outros termos, as ações individuais e coletivas produzem condicionamentos objetivos e subjetivos que retroagem sobre homens e mulheres. Por outro lado, os condicionamentos não são insuperáveis, pois estamos

tratando de uma consciência humana aberta para o mundo e reflexiva, que demonstrou ser capaz de “tornar possível amanhã o impossível de hoje” (Freire, 2020b, p. 126).

Nesse sentido, a consciência, para ser crítica, não poderia ser concebida como fazedora arbitrária da realidade, o “falso real”, e nem como mero epifenômeno da mesma (Freire, 2020c; 2021c), pois estaria condicionada pela realidade (refletora) e também seria capaz de ir além dos condicionamentos para criar novos condicionamentos sociais (reflexiva) – uma relação dialética entre os condicionamentos e a liberdade (Freire, 2021c). Somente o complexo do real (objetividade-subjetividade), assim captado e compreendido, serviria de fundamento para a construção da consciência e da inserção críticas do sujeito da práxis em sua situação existencial. Paulo Freire estaria nos ensinando que programa ou projeto social algum, que se proponha transformador, prosperaria tendo como pontos de partida uma concepção de consciência “vasilha”, própria para os depósitos da realidade ou dos salvacionismos, ou, por outro lado, uma “falsa realidade” (Freire, 2021c), “simplesmente imaginada” (Freire, 2021f). Pois, afirmou Paulo Freire (2021f), “seria impossível falsificar a realidade, como realidade da consciência, sem falsificar a consciência da realidade” (p. 165).

Um outro pressuposto apresentado por Paulo Freire (2021c) para pensarmos a consciência e a inserção críticas estaria no desdobramento da compreensão dialética de que homens/mulheres fazem e são feitos pela História, ainda que não o saibam e não o façam como querem. Nesse sentido, homens/mulheres são concebidos por Paulo Freire como “autores (as)”, mas também como “figurantes”, da sua História e não mais como meros “espectadores (as)” da história das elites opressoras (Freire, 2021a), compreendendo-os(as) como “sujeitos e não objetos de transformação” (Freire, 2021b, p. 63). Em outras palavras, um sujeito da práxis que, em diferentes graus e conformações, está “‘carregado’ de compromisso com a sua realidade”, justamente “porque é sujeito” (Freire, 2021b, p. 83). Pois não seria ontologicamente possível estarmos em uma realidade objetiva sem assumirmos (sequer) o compromisso subjetivo-objetivo com nossa sobrevivência material-biológica. Em outros termos, mesmo nos níveis mais básicos da existência biológica e social, homens/mulheres precisam/devem assumir algum nível de compromisso com as condições de (re) produção da sua vida objetiva. O sujeito é um “fazedor” e “refazedor” objetivo da História, ainda que em condições que não escolha. Homens/mulheres, assim concebidos como sujeitos da História, não seriam uma mera abstração genérica e logicista, desprovida de comprovação empírica na realidade.

Entretanto, os homens e as mulheres teriam uma captação diferente sobre sua função ontológica como sujeitos fazedores da História. Principalmente porque as ideologias, nas quais estão imersos, tem o “poder de ocultar as razões de ser dos fatos” (Freire, 2016, p. 219) e, por isso, mesmo fazedores da História, homens/mulheres não sabem que a fazem. O sistema opressor, com seus processos de velamento das tramas históricas que conformam a realidade, ocupa parte da sua energia material mantendo o “eu dominado ‘aderido’ à realidade opressora, mitificando-a” (Freire, 2021c, p. 236). Nesse sentido, seria fundamental, para a tarefa de autolibertação de homens e mulheres, que estes adquirissem, por meio do desvelamento da realidade, o (re) conhecimento do seu papel na construção da própria História.

AS CARACTERÍSTICAS DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA INSERTADA

Estabelecidos os pressupostos principais, tratemos das características da consciência crítica insertada, conforme Paulo Freire. Em primeiro lugar, a consciência crítica “reconhece que a realidade é mutável” (Freire, 2021b, p. 53). Em outras palavras, um “pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático” (Freire, 2021c, p. 114). O que oferece à consciência crítica a compreensão de que tudo muda, isto é, que impérios surgem, atingem seu ápice e desaparecem, ainda que as ideologias dominantes produzam a ilusão de que “as coisas sempre foram e serão assim”. A História registra que as “coisas” nem sempre foram assim e que, portanto, o futuro não será uma repetição do passado, mesmo que não saibamos o que possa, de fato, vir-a-ser. Cabe, assim, construirmos com os (as) oprimidos (as) as condições para que descubram na realidade os elementos históricos que comprovam o quanto homens/mulheres são os responsáveis pelas transformações sociais. O que diz respeito, também, aos processos de mudança ocorridas no Cariri cearense.

Em segundo lugar, em relação ao conhecimento, a consciência crítica insertada seria “indagadora” da realidade, pois “investiga, força, choca” (Freire, 2021b, p. 54). Uma consciência que não se limita às aparências do objeto, mas busca “profundidade na análise de problemas”, mesmo que venha a “reconhecer [estar] desprovida de meios” para fazê-lo (Freire, 2021b, p. 53). Em outras palavras, segundo Paulo Freire (2021b), a consciência crítica “sabe que é na medida que é e não pelo que parece”, isto é, que “o essencial para parecer algo é ser algo” (p. 53-4). Nesse sentido, a consciência transitiva crítica substitui as explicações mágicas, próprias do estado de “ingenuidade” da emergência produzida pelos fatores socioeconômicos, por “princípios autênticos de causalidade” (Freire, 2021b, p. 53). O que significaria afastar criticamente as mitificações que falsamente tentam “explicar” a realidade em que estão imersos homens e mulheres, para (re) conhecer, em profundidade as diferentes causas que tornariam possíveis a violência, a pobreza, o analfabetismo, entre outros males sociais. Uma consciência crítica, portanto, construída para colocar em “revisão”, “testar” e “verificar” (Freire, 2021b) o que aparentemente está dado pela ideologia dominante como intransponível, inevitável ou incontornável no complexo da realidade. Posição crítica, inclusive, que requiriria o abandono dos preconceitos, das ideias pré-concebidas sobre fatos e causas, seja no processo de investigação, seja na formulação das respostas aos desafios (Freire, 2021b).

Em terceiro lugar, a consciência crítica insertada seria “intensamente inquieta” e, por isso, “repele posições quietistas” (Freire, 2021b, p. 53). A mesma inquietude que verificamos na própria realidade contraditória, pois justamente a consciência crítica seria a forma do “homem [e da mulher] brasileiro [a] integrar-se à sua sociedade em transição” (Freire, 2021a, p. 79). E, sabemos, que foram muitas as transições sociais e econômicas ocorridas nos últimos tempos, sendo que a última delas, em curso, estaria centrada em profundas mudanças nas matrizes produtivas, com a inserção de novas tecnologias que estão remodelando o mercado de trabalho, as formas de comunicação, os sentidos do existir, entre outros aspectos da vida social. A consciência crítica insertada, portanto, refuta o quietismo e o mutismo da massa popular massificada diante da modernização (conservadora) que a atropela, retira-lhe direitos e a condena a viver hoje com menos do que vivia ontem. Segundo Paulo Freire (2021b), rejeição ao

quietismo/mutismo que implicaria igualmente a rejeição de “toda transferência de responsabilidade e de autoridade” (p. 54), ou seja, exigiria a construção da responsabilidade ética e do compromisso consigo, com os (as) outros (as) e para com o mundo.

Em quarto lugar, superar o quietismo e o mutismo da “ingenuidade” massificada significa assumir-se como parte de uma classe social que, ainda em-si, tem o potencial de tornar-se para-si, insertada e criticamente emergida no cenário político e social. Segundo Paulo Freire (2020d) o processo responsável e comprometido de (re)fazer a História por parte dos sujeitos da práxis não se daria “sem classes sociais, sem a luta entre elas, sem ideologia, como se, de repente, num passe de mágica, as classes sociais, seus conflitos, as ideologias sumissem” (p. 267). É sabido que, pela sua inexperiência com a participação política, a massa popular da emergência “ingênua”, antes intransitivada em sua imersão, foi primeiramente lançada no cenário social de forma “desorganizada” (Freire, 2021b, p. 90), emergindo efetivamente “sem consciência de classe” (Freire, 2021f, p. 199). Em outras palavras, a massa popular emergente ainda não teria produzido uma concepção de humanidade própria, que pudesse confrontar com o testemunho de humanidade do opressor (Freire, 2021c). A passagem, portanto, do estado “ingênuo” da consciência para o crítico e insertado deveria envolver, necessariamente, o reconhecimento da importância da luta de classes, inclusive na definição das políticas públicas. O contrário seria acreditar que conquistar a boa vontade dos opressores, por meio de belos discursos ou boas ideias, tornaria o mundo automaticamente melhor, um subjetivismo que Paulo Freire (2021d) refuta com veemência. Um subjetivismo imobilizador que Paulo Freire testemunhou ser combatido nas lutas anticoloniais africanas, onde os enfrentamentos entre colonizadores, colonos e colonizados (as) carregavam os elementos centrais da luta de classes, combinados com as questões raciais.

Por fim, a nova consciência crítica insertada exigiria a abertura dos sujeitos ao novo, ainda que reconhecesse a importância e presença dos velhos valores (Freire, 2021b). Nesse sentido, ao mesmo tempo que abandonasse os preconceitos, as ideias pré-concebidas, que impedem o surgimento e a consolidação do novo, a abertura da consciência crítica insertada não deixaria de reconhecer a importância das tradições e da continuidade histórica que produziram a comunidade humana. Não se trata, portanto, da imposição do “novo por ser novo” (Freire, 2021b, p. 54), mas do exercício do diálogo democrático sobre o que deveria ser dialeticamente suprasumido do velho no novo, considerando que a História é a combinação entre mudança, estabilidade e continuidade (Freire, 2021b). Como afirmou Paulo Freire (2021b), a consciência crítica insertada e democrática, aberta ao novo, “ama o diálogo, nutre-se dele” (p. 54). Evidentemente não se trata de um diálogo subjetivista, puro ativismo “blablablante”, verbalista, intelectualista (Freire, 2021c), desconsiderando os condicionamentos sociais e os limites impostos pela luta de classes, mas uma ferramenta de luta político-ideológica capaz de articular a massa popular em torno de compromissos históricos e responsabilidades éticas. Caso contrário, estaríamos defendendo, diferente de Paulo Freire, que os sujeitos da práxis fossem tratados como os objetos (“recipientes” vazios) do verbalismo subjetivista de outros (as), camuflado de “diálogo”, sejam eles educadores (as), pesquisadores(as), entidades ou instituições, públicas ou privadas, incluindo as universidades brasileiras.

Em síntese, apontaríamos que indivíduos, entidades e instituições públicas que buscassem auxiliar os(as) oprimidos(as) em sua autolibertação deveriam considerar os elementos sugeridos por Paulo Freire ao conceituar a consciência crítica insertada. A educação, em sentido amplo, da massa popular brasileira, ainda “ingênuas”, por vezes massificada/fanatizada, “não poderia ser feita nem pelo engodo, nem pelo medo, nem pela força” (Freire, 2021a, p. 80), mas de modo que “possibilitasse ao homem [mulher] a discussão corajosa de sua problemática” e, assim, “ganhasse a força e a coragem de lutar” (Freire, 2021a, p. 118-9). Tratar-se-ia, assim sendo, do enraizamento de homens e mulheres em sua situação concreta, de forma (auto) reflexiva e não apenas refletora, racionalmente desvelando as razões de ser do complexo da realidade, conscientes de que estariam permanentemente abertos(as) ao mundo, no/com o mundo, enquanto processo incontornável da sua humanização, tornando-se capazes de assumir opções (éticas) e desenvolverem suas potencialidades (Freire, 2021a; 2021b; 2021c). Em outros termos, Paulo Freire (2021c) estaria propondo o oposto do que encontramos majoritariamente em nossas escolas e universidades, enquanto (re) produções de um modelo “bancairista” de educação, ainda que, por vez, camuflado por um “blablablante” verbalismo progressista.

O SERTÃO E OS SERTANEJOS

Antes de avançarmos na caracterização da universidade do Cariri, que no coração do semiárido nordestino deveria ser sertaneja, cabe respondermos os seguintes questionamentos: o que é sertanejo? O que é sertão? O que não é o sertão? O sertão não é uma obra da natureza. Não há um espaço peculiar, cuja naturalidade própria permita a tipologização como sertanejo. Ainda que, por vezes, o sertão seja tratado como um lugar onde predomina o ritmo dado pela dinâmica da natureza, ou seja, onde o elemento humano é submetido às forças do mundo natural (Moraes, 2003). Ao contrário, o sertão seria uma condição atribuída a vários lugares, não sendo, nem uma obra da natureza, nem fruto da interação dos homens com o território, mas “uma representação cultural, leitura elaborada da realidade, constituída do real, dos próprios lugares físicos e também, talvez principalmente, da memória de um processo de transformação da paisagem, com todos os conflitos ocorridos na concreta ‘reocupação’ espacial do chamado ‘sertão’” (Almeida, 2022, p.247).

Dessa forma, o território do Cariri, enquanto parte do sertão nordestino, “não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo” (Moraes, 2003, p.2). Um “discurso valorativo” construído em oposição ao não-sertão, sobretudo um lugar onde se encontram as positivities que se deseja emular. Percebe-se, assim, que a conceituação destacada traz em si a superação de uma visão pobre e empobrecedora do sertão, em especial o cearense, como mero lugar onde homens e mulheres estão submetidos às forças naturais. Superação, portanto, da imagem estereotipada de um lugar em eterno devir. Uma superação que compreende o território como “objeto de operações simbólicas”, sendo “nele que os sujeitos projetam suas

concepções de mundo” (Almeida, 2022, p.235). A situacionalidade que nos fala Paulo Freire é justamente o sertão não-estereotipado, ou seja, enquanto território “constituído do real”, operações humanas simbólicas e materiais, pensadas e executadas por homens e mulheres reais.

Daí advém que o sertão já não é apenas fruto de uma externalidade. Mediadas pela cultura, às populações do território semiárido estabelecem relações que a enraizaram no território e onde desenvolveram o pertencimento ao lugar. Desenvolveram, assim, uma identidade sertaneja, diversa e complexa, onde “as identidades se imbricam, se mesclam e apresentam dinamicidade”, o que não autorizaria, entretanto, “referir-se a uma identidade cultural e territorial unívoca para o sertanejo” (Almeida, 2022, p.234). E ao tomarmos o território e as relações humanas que o atravessam, mediadas pela cultura, resulta que se pode considerá-lo, antes de tudo, como uma convivialidade. Em outras palavras, uma relação social, política e simbólica que liga o homem a sua terra e, simultaneamente, estabelece uma identidade cultural. Assim, compreende-se que o conceito de território traduz um modo de recorte e de controle do espaço, garantindo sua especificidade, servindo como instrumento ou argumento para a permanência e a reprodução dos grupos humanos que o ocupam (Almeida, 2022, p.235).

Deixado de lado nos primeiros séculos da ocupação europeia, por não ofertar produtos de interesse da metrópole, o território do Cariri se constituiu como fornecedor de produtos de subsistência para o interior do Nordeste (Cava, 2014) em um processo marcado por profundas desigualdades, violenta ocupação de terras pelos europeus e escravização de africanos. Decorre daí o fato de que, ainda no século XIX, o Cariri se tornou um importante centro comercial para o interior cearense.

Somando-se às dinâmicas socioeconômicas temos o surgimento de fenômenos religiosos com impacto regional. Entre os fins do século XIX e início do século XX, surgiu o movimento religioso ligado ao Padre Cícero Romão Batista, que atraiu para o território milhares de sertanejos de todos os pontos do Nordeste, em busca da cidade santificada pela presença do padre, considerado santo.

As dinâmicas econômica, social e cultural, materiais e simbólicas, desenvolveram o surgimento de uma população formada por “sujeitos ativos, autônomos e inventivos” (Almeida, 2022, p.243), transformando o Cariri cearense em um dos centros culturais e populares mais importantes do Nordeste brasileiro. São essas as características dos sertanejos e das sertanejas caririenses, repleta de riqueza cultural e saberes tradicionais, elementos fundamentais que a universidade sertaneja, a universidade do Cariri, deve cultivar. Isso porque os sertanejos e sertanejas não querem apenas entrar na universidade, o que desejam é disputar o conhecimento, do qual foram segregados, mas que agora precisam apropriar (Arroyo, 2014). Um conhecimento que não é outro senão aquele produzido a partir da problematização da própria dinâmica da vida no sertão.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Quando pensamos na universidade sertaneja do Cariri, estamos considerando que essa possa fazer com que os saberes tradicionais sejam combinados ao conhecimento técnico-científico, produzindo assim novas formas de inserção crítica dos

sujeitos no contexto sócio-histórico da região. Em outro sentido, trata-se de forjar o novo em diálogo com o tradicional, fazendo com que o local e o universal possam dialogar e produzir novos conhecimentos, mais significativos para as comunidades do Cariri cearense. Por isso, consideramos fundamental desenvolvermos processos coletivos de construção da universidade do Cariri, inserida criticamente na realidade da população cearense, enquanto processo dialético, ou seja, complexo, contraditório e dinâmico. Principalmente porque os mesmos homens e mulheres que hoje fazem a universidade do e no Cariri podem subvertê-la na direção de uma universidade do Cariri.

A lei federal nº 12.825 de 05 de junho de 2013, que criou a instituição por desmembramento da Universidade Federal do Ceará (UFC), deixou claro que o objetivo da mesma seria ministrar o ensino superior, realizar pesquisas em diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, “caracterizando sua inserção regional, por meio de sua atuação *multicamp*” (Brasil, 2013, p.1).

Ainda que mencione a cultura em seu estatuto, a UFCA não aponta os elementos centrais da cultura cearense que deveriam ser estimulados e preservados, demonstrando sua permeabilidade aos temas locais. Pelo contrário, fica patente a tentativa constante de trazer o tema da “universalidade” e do “patrimônio da humanidade” como objetivo final da instituição. Um estatuto que, de fato, poderia ser aplicado a qualquer instituição federal brasileira. Onde estão os elementos simbólicos do território caririense?

Por outro lado, quando da criação da UFCA, havia um outro espírito na comunidade universitária da UFC que atuava no Cariri, o que justificava o próprio desmembramento. Mesmo antes da efetivação da nova universidade, ainda como campus Cariri da UFC, a comunidade acadêmica vinha se posicionando pela constituição de uma universidade aberta ao diálogo com o semiárido cearense, onde estava efetivamente sediada, para estimular em sua atuação a busca do desenvolvimento regional e a sustentabilidade ambiental (Silva, 2016). Havia na fundação da UFCA as condições subjetivas, oriundas da comunidade universitária participante da UFC, para a construção de uma outra concepção de universidade pública, inserida e transformadora do Cariri, ainda que o financiamento fosse sempre limitado.

Dessa forma, precisamos ir além dos princípios e finalidades institucionais da UFCA, registrados nos documentos oficiais, para investigarmos a universidade que temos e, dessa forma, pensarmos a universidade que necessitamos construir, do Cariri. Em outras palavras, uma instituição pública de ensino, pesquisa e extensão que esteja, de fato, inserida nos temas sociais, culturais, políticos e econômicos fundamentais das populações que habitam o Cariri cearense. Paulo Freire, como vimos, nos auxilia no desenvolvimento da reflexão proposta, principalmente ao aventar a necessidade da inserção crítica de indivíduos e coletivos na situacionalidade em que estão existindo, não apenas no sentido geográfico, mas, sobretudo, social, econômico e cultural. O que, por vezes, trata-se de uma inserção genericamente padronizada, inclusive como revelam os documentos oficiais.

A universidade no e para o Cariri, intencionalmente universal e genérica, não é um fenômeno aleatório. A tendência da educação superior nestes tempos neoliberais é

padronizar os cursos, currículos, a formação profissional e, até mesmo, as próprias instituições de ensino.

A implantação de modelos padronizados de educação superior, em territórios como o caririense, se justifica pela economia de custos, mas também por um processo permanente de mercantilização da educação, tornada uma mercadoria valiosa por um modo de produção que atua permanentemente na destruição e/ou cooptação das culturas locais. Um projeto de padronização e mercantilização da educação que atinge não somente as universidades privadas, como esperado, mas, sobretudo as instituições públicas, cada vez mais pressionadas a aderirem a modelos empresariais. Nesse sentido, a educação superior:

incorpora elementos que alçam sua função para além da produção do conhecimento, isto é, além de deter uma vigorosa disseminação de dominação ideológica, também possibilita extração de mais-valor a partir de sua operacionalidade no bojo das relações concretas desenvolvidas na particularidade capitalista dependente brasileira, o que atende, de antemão, os interesses dos setores empresariais da educação (PAULA *et al*, 2017, p.188).

Por isso o modelo da Universidade do Cariri precisa ser público e gratuito, inserido na situacionalidade do povo sertanejo, contrariando as demandas do mercado e indo além de formar profissionais dóceis e preparados para (re) produzir o capital. Dessa forma, podemos pensar a educação superior necessária ao Cariri a partir de uma reflexão aprofundada “sobre a realidade humana, procurando descobrir quais os aspectos que ela comporta, quais as suas exigências referindo-as sempre à situação existencial concreta do homem brasileiro” (Saviani, 2013, p.28).

A universidade do Cariri só pode ser pensada e construída dessa forma: atuando sobre a realidade social do território, para potencializar e desenvolver não somente a economia local, mas, sobretudo, o modo de vida e a identidade cultural do povo nordestino. Uma exigência de toda a instituição que busca enfrentar a massificação, padronização e mercantilização da produção cultural.

Desse modo, uma universidade transplantada em seus fazeres, simplesmente no e para o Cariri, nunca poderia ser parte ativa do contexto histórico, cultural e social do Cariri, enquanto estrutura apropriada pelo povo caririense. Porque a universidade “é produzida simultaneamente e em ação recíproca com a produção das condições materiais e das demais formas espirituais” (Saviani, 2013, p.89), ou seja, de forma alguma poderá ser produzida sem levar em consideração a realidade social do território e como esta é produzida. Nesse sentido, a cultura universitária produzida em regiões de clima mais ameno, com chuvas regulares e estações do ano bem definidas, não servem para o semiárido cearense com sua baixa pluviosidade e duas estações, uma seca e outra chuvosa. São materialidades que condicionam a forma como homens e mulheres vivem e produzem tradições e saberes, ou seja, sua cultura.

A universidade do Cariri precisa ser identificada como uma universidade sertaneja pelos próprios sertanejos. Em outras palavras, deve partir da realidade do povo caririense para efetivamente transformar a vida para melhor em todo o Cariri. Freire (2020a) é essencial aqui, pois compreende que ensinar é abrir possibilidades para construir novos conhecimentos, permitindo que docentes, discentes e técnicos

desafiem a ideia de que a educação superior é apenas um meio de reproduzir a ordem social existente, para construir uma universidade para além dos interesses do capital.

Para ser reconhecida como uma universidade sertaneja, uma universidade do semiárido, é preciso que essa tenha como foco “a convivência com o semiárido, os saberes populares e busque estar mais próxima da comunidade extramuros, sabendo que esta postura é necessária para a construção de um conhecimento pertinente e socialmente inserido” (SILVA, 2016, p.120). E uma universidade constituída com esta orientação não pode ser pautada pelo mercado, nem se furtar ao diálogo com a população do Cariri. Propor uma reinvenção da educação superior no semiárido significa desarticular o modelo excludente que sempre dominou o Cariri cearense. Uma reformulação ampla da educação, pensada como um projeto que é “inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança” (Mészáros, 2008, p.25).

Nesse sentido, a cultura atua como um referencial importante para a universidade sertaneja, pois os “produtos culturais são determinados pelo trabalho e pelos modos de produzir, mas trazem uma dimensão central às teorias pedagógicas: que a própria cultura é um modo de produzir, de trabalhar” (Arroyo, 2014, p.104). Sobretudo porque a universidade é produzida de acordo com o modo como os homens e as mulheres produzem a sua realidade (Saviani, 2013). Nesse sentido, as proposições de Paulo Freire são fundamentais para que os sem-universidade possam ocupar esse “latifúndio do saber” (Arroyo, 2014, p.69), improdutivo para os interesses do povo oprimido, apropriando-se da universidade para torná-la sua, para torná-la sertaneja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos demonstrar que as elaborações de Paulo Freire oferecem elementos teóricos importantes para pensarmos a transformação da UFCA em uma universidade sertaneja, do Cariri. Demonstramos, ainda que de forma exploratória, as diferenças essenciais entre as universidades no e para o Cariri e aquela que estamos defendendo, do Cariri. A primeira implantada para atender os interesses da elite local e do projeto de padronização e mercantilização do ensino superior. A segunda pensada como elemento catalizador das melhores potencialidades produzidas pelo próprio povo cearense que habita o Cariri. A primeira um projeto genérico e universalista, a segunda inserida criticamente na vida comunitária caririense.

Nesse sentido, defendemos no presente artigo exploratório que a universidade do Cariri deve combater ativamente o modelo de educação atrelado a lógica do capital, que vira as costas às características históricas e culturais do semiárido, objetivando apenas formar um perfil de mão-de-obra adequado aos desejos voláteis do mercado. Mesmo que essa mão-de-obra planejada pelo capital não consiga colocações no mercado de trabalho, ampliando a ampliação da exploração daqueles que efetivamente logram conquistar uma vaga de trabalho. Um contingente de mão-de-obra docilmente formada para (re) produzir formas de pensar e viver que fortalecem a massificação da vida moderna.

Em nossa argumentação está claro que a universidade possui um papel relacionado à (re) produção social e que processos educacionais e sociais estão intrinsecamente vinculados. Para transformar a educação precisamos transformar também a própria sociedade, de forma concomitante. Não temos, portanto, qualquer ilusão salvacionista com relação aos processos educacionais, atribuindo à educação forças políticas e ideológicas que a mesma efetivamente não possui. Contudo, está evidente que transformar a UFCA, transformando-a em espaço de construção de práticas não-excludentes ganha maior viabilidade do que a mudança do conjunto da sociedade dependente brasileira. Trata-se, nesse sentido, de uma opção tática racional e viável.

Paulo Freire nos ensina que para transformar a universidade no e para o Cariri em universidade sertaneja do Cariri temos que construir com os oprimidos (as) do Cariri a percepção desses como sujeitos da História. Uma História do Cariri e da UFCA feita por homens e mulheres caririenses, ainda que em condições não escolhidas por esses, que pode ser radicalmente transformada por homens e mulheres caririenses criticamente insertados em suas questões existenciais concretas. O que significa, como nos ensinou Paulo Freire, tratar a História como mutável, em permanente transformação.

Trata-se, portanto, um projeto popular de universidade sertaneja que não parte de um sertão meramente "imaginado", subjetivista e irreal, mas da vida cotidiana de homens e mulheres reais, (re) produtores do que chamamos sertão, antes de tudo um espaço social e cultural de construção humana. Um projeto popular de universidade sertaneja que nega o mutismo e o quietismos dos projetos neoliberais e mercantilistas da educação. Um projeto de universidade sertaneja que, como defendeu Paulo Freire, está aberta para o surgimento do novo, combinado com os saberes tradicionais do povo caririense e nordestino.

A universidade sertaneja do Cariri, portanto, reconhece na História da formação social do Cariri os elementos humanos que o tornaram possível, valorizando o papel desempenhado pelos invisíveis e inominados, ou seja, os homens e mulheres que constam nos registros oficiais como massa amorfa, sempre seguidora, sempre dominada. Contudo, o que os registros oficiais, inclusive os documentos universitários, buscam ocultar de forma incessante é que a massa popular nordestina sempre foi rebelde e resistente, insistindo, com permanente inventividade e força vital, em continuar existindo. Nesse sentido, a atual Universidade Federal no e para o Cariri, padronizada e massificada, pode e deve nutrir-se da vitalidade, criatividade e força do povo caririense para se transformar radical e efetivamente em Universidade Federal do Cariri.

Artigo recebido em: 15/04/2024

Aprovado para publicação em: 10/10/2024

PAULO FREIRE 'S CONCEPT OF CRITICAL INSERTION AND THE SERTANEJA UNIVERSITY OF CARIRI

ABSTRACT: The article seeks to explore Paulo Freire's theoretical contributions for genesis of an institution that reflects the culture and history of the people of Cariri, a university of the backlands. The article argues that a country university can actively oppose the model of education centered on capital's (re)production project, which ignores the historical and cultural characteristics of the semi-arid region, training manpower to meet market demands. By combating the logic of standardization and commodification, the university can become a space that promotes Northeastern culture as a valid way of life. In this sense, Paulo Freire is highlighted as a fundamental theoretical reference for understanding the role of the oppressed in the process of occupation and appropriation of the UFCA.

KEYWORDS: Cariri; backlands; Paulo Freire; Insertion; University.

EL CONCEPTO DE INSERCIÓN CRÍTICA DE PAULO FREIRE Y LA UNIVERSIDAD SERTANEJA DEL CARIRI"

RESUMEN: El artículo pretende explorar las contribuciones teóricas de Paulo Freire para genesis de una institución que refleje la cultura y la historia del pueblo de Cariri, una Universidad sertaneja. El artículo ostiene que una universidad sertaneja puede oponerse activamente al modelo de educación centrado en el proyecto de (re) producción del capital, que ignora las características históricas y culturales de la región semiárida, formando mano de obra para satisfacer las demandas del mercado. Al combatir la lógica de la estandarización y la mercantilización, la universidad puede convertirse en un espacio que promueva la cultura nordestina como forma de vida válida. En este sentido, Paulo Freire se destaca como referencia teórica fundamental para comprender el papel de los oprimidos en el proceso de ocupación y apropiación de la UFCA.

PALABRAS CLAVE: Cariri; Sertão; Paulo Freire; Inserción; Universidad.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de. Uma Leitura Etnogeográfica do Brasil Sertanejo. **GeoTextos**, [S. l.], v. 18, n. 2, 2022. DOI: 10.9771/geo.v0i2.52226. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/52226>. Acesso em: 16 jan. 24.

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. **Lei n. 12.826, de 5 de junho de 2013**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará - UFC, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2021f.

PROTÁSIO, A. R., SILVA, W. P. da, BARBOSA, E. P.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2021b.

FREIRE, P. **Educação para a liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, P. **Medo e ousadia**. São Paulo: Paz e Terra, 2021e.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2020c.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Paz e Terra, 2021d.

FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2021c.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2020b.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, A. C. R. O Sertão: um "outro" geográfico. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, Anos III – IV, n. 4-5, 2002-2003. Disponível em: [https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341#:~:text=6Na verdade%2C o sertão,no processo de sua valoração](https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341#:~:text=6Na%20verdade%2C%20o%20sert%C3%A3o,no%20processo%20de%20sua%20valor%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 16 jan.24.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, W. P. **As ações de extensão na construção de uma universidade sertaneja**. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

ALEXANDRE REINALDO PROTÁSIO: Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPEL). Mestre em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9504-7682>

E-mail: arprotasio@gmail.com

WAGNER PIRES DA SILVA: Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPEL). Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará (Poeduc/UFC). Administrador na Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-7229-0655>

E-mail: wagner.pires@ufpel.edu.br

ERLENE PEREIRA BARBOSA: Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPel). Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPel).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2477-7848>

E-mail: erlene2013@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).